



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## RELATÓRIO FINAL

**Denúncia nº 03/2019**

**Verificação de alegada quebra de decoro parlamentar contra o Vereador Wellington Magalhães**

### I. RELATÓRIO

Foram apresentadas duas representações para verificação de quebra de decoro parlamentar contra o Vereador Wellington Magalhães, subscritas pelo Vereador Mateus Simões e pelo cidadão Mariel Márley Marra.

O Vereador Mateus Simões apresentou os seguintes fundamentos em sua representação:

a) o exercício das atividades de vereador pelo denunciado portando tornozeleira eletrônica causa constrangimentos aos vereadores, aos servidores e aos demais cidadãos de Belo Horizonte, viola a dignidade da Câmara Municipal e importa em quebra de decoro parlamentar;

b) o denunciado emitiu falsa declaração às autoridades quando expedido mandado de condução coercitiva, tendo afirmado que estava em viagem, quando um relatório da Polícia Civil apontou que “a projeção das antenas que captaram o sinal de celular” teria demonstrado que o vereador estava na cidade de Belo Horizonte naquele momento;

c) o denunciado, a fim de aumentar o seu próprio gabinete parlamentar, promoveu alteração de distribuição espacial no âmbito da Câmara, em prejuízo de um setor interno e com eliminação de um plenário de utilidade geral, o que configura abuso de suas prerrogativas e quebra de decoro; e

d) o denunciado, por si próprio ou por meio de terceiros a ele ligados notoriamente, ameaça outros Vereadores no exercício de seus respectivos mandatos. A prática direta ou indireta e reiterada de condutas de ameaça e intimidação caracteriza quebra de decoro parlamentar.

CMH\_01746-18/nov/19-16:24:59-009030-1



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em 05 de agosto de 2019, o Vereador denunciante apresentou aditamento à representação, agregando aos argumentos expendidos na denúncia original o integral teor de Ação de Improbidade Administrativa ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais contra o Vereador denunciado em 02 de agosto de 2019. Na referida ação, o MPMG requer a condenação de Wellington Magalhães ao ressarcimento ao erário em virtude de fraude praticada no processo licitatório da CMBH para contratação de serviços de publicidade em favor da empresa MC.COM. Com base nessa ação, o Vereador denunciante expôs na peça de aditamento da denúncia que:

a) os documentos colacionados nos autos da Ação de Improbidade Administrativa revelam que Wellington Magalhães recebeu ao menos três diferentes formas de propina: (i) R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) em dinheiro; (ii) uma caixa de vinhos finos; e (iii) hospedagem em viagem familiar internacional e;

b) a Ação de Improbidade Administrativa demonstra fraudes cometidas contra o erário, desde o cancelamento de um processo regular de contratação de fornecedor de serviços de publicidade, até a concepção de um novo processo licitatório direcionado para contratação da empresa MC.COM.

O representante, Mariel Márley Marra, por sua vez, no dia 6 de agosto de 2019, protocolou nova denúncia, em que também sustentou ato atentatório ao decoro parlamentar do denunciado, materializado nos fatos apresentados na citada Ação de Improbidade Administrativa. Afirmou esse representante que:

a) de acordo com a Ação de Improbidade Administrativa, a Sra. Ângela de Fátima Ribeiro Guedes, mãe de Frederico Ribeiro Guedes, autor da colaboração premiada, alegou, em depoimento perante o Ministério Público, que teme que o denunciado coloque em risco a vida de seu filho;

b) há fundado receio de uma cidadã de Belo Horizonte em relação a figura de Wellington Magalhães, sendo isso algo que notoriamente causa desprestígio ao cargo de vereador e viola a dignidade da CMBH; e

c) na Ação de Improbidade restou comprovado escandaloso esquema de recebimento pelo denunciado de propina em dinheiro, além de presentes e viagens em total desprezo aos princípios da moralidade administrativa e a da probidade administrativa.

De posse da denúncia, a Presidente da CMBH, vereadora Nely Aquino, em cumprimento ao art. 5º, II, do Decreto-Lei nº 201/1967, determinou a leitura da representação original e da peça de aditamento apresentada pelo Vereador Mateus Simões em Plenário para que a Câmara deliberasse sobre o seu recebimento, bem como o apensamento da denúncia proposta pelo



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cidadão Mariel Márley Marra à representação do Vereador denunciante, ante a identidade de tema.

Em votação unânime, o Plenário da Câmara de BH acolheu as denúncias contra o Vereador Wellington Magalhães por quebra de decoro parlamentar. Na mesma sessão, procedeu-se ao sorteio da comissão processante, cujos integrantes escolhidos foram o Vereador Preto (Presidente), o Vereador Elvis Côrtes (Relator) e o Vereador Maninho Félix.

O Presidente da Comissão Processante, em conformidade com o art. 5º, III, do Decreto-lei nº 201/67, notificou o denunciado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia, por escrito, e indicar as provas que pretenda produzir, nos termos do Of. Dirleg nº 3.207/19.

Em 4 de setembro de 2019, o Vereador Wellington Magalhães apresentou defesa prévia, em que sustentou basicamente a impossibilidade de rediscutir questões decididas soberanamente pelo Plenário da Câmara Municipal de Belo Horizonte. O denunciado relatou que:

a) a denúncia nº 889/2018 abordou exatamente o decreto de prisão contra o parlamentar, a alegada tentativa de se ocultar da justiça, a instauração de inúmeros inquéritos contra o defendente e os pressupostos indícios de crimes de corrupção e fraudes em licitações no Poder Legislativo;

b) durante a instrução processual, foram discutidas as supostas ameaças sofridas por Andrea Vacchiano, Henrique Braga e Mariel Marley, bem como a situação envolvendo o denunciado e Desembargador do Eg. Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG);

c) as ameaças praticadas contra o Vereador Gabriel Azevedo por pessoas ligadas ao denunciado não possuem menor plausibilidade;

d) o conteúdo da Ação de Improbidade Administrativa ajusta-se fielmente aos mesmos fatos reportados na ação penal, noticiados pela mídia e explorados na denúncia nº 889/2018;

e) o uso de tornozeleira eletrônica não pode ser reapreciado em nova demanda, pois essa questão possui estreita ligação com a segregação cautelar, fato que já dispõe em seu entorno de um juízo de improcedência, qualificado pela coisa julgada; e

f) o único fundamento para quebra de decoro parlamentar seria o desmonte da Procuradoria da CMBH para ampliação do gabinete do denunciado.

O denunciado ainda requereu que fossem juntados aos autos do processo desta denúncia os áudios, os vídeos e as atas das reuniões em que ocorreram oitivas de testemunhas apontadas pela defesa do denunciado,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

realizadas pela Comissão Processante que apurou a Denúncia - pt 889/2018 no período de 09/05 a 07/08/2018.

Em 9 de setembro de 2019, este Relator apresentou parecer prévio, conforme determina o art. 5º, III, do Decreto-Lei nº 201/67, e opinou pelo prosseguimento do presente processo político-administrativo para apuração de suposta quebra de decoro parlamentar pelo Vereador Wellington Magalhães. Na 1ª reunião da Comissão Processante, em 13 de setembro de 2019, o referido parecer foi aprovado por unanimidade pelos demais membros da Comissão. Além disso, também foi deferida a juntada das provas produzidas na Denúncia nº 889/2018.

Na 2ª reunião da Comissão, realizada em 19 de setembro de 2019, foi deliberada a oitiva das testemunhas arroladas pelo denunciante Mateus Simões, quais sejam, Vereador Gabriel Azevedo; Vereador Henrique Braga; ex-Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Andrea Vacchiano; Mariel Márley Marra; Wellington Luiz da Conceição; Guilherme Ribeiro dos Santos.

Ato contínuo, nas reuniões posteriores, ocorreu a oitiva das mencionadas testemunhas, com exceção de Guilherme Ribeiro dos Santos, que não compareceu perante a Comissão.

Além das testemunhas de acusação, a Comissão deferiu o requerimento do denunciado para oitiva dos Vereadores Autair Gomes, Jair Di Gregório e Coronel Piccinini. Na 10ª reunião, em 7 de novembro de 2019, foram ouvidos pela Comissão os Vereadores Autair Gomes e Jair Di Gregório. Não tendo comparecido o Vereador Coronel Piccinini, o advogado do denunciado dispensou formalmente sua oitiva.

Na mesma ocasião, Wellington Magalhães prestou depoimento pessoal.

Encerrada a fase instrutória pelo Presidente da Comissão Processante, o denunciado foi intimado para apresentar alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 5º, V, do Decreto-Lei nº 201/67.

Nas razões escritas finais, alegou que a denúncia está lastreada em meras suposições, já enfrentadas e rechaçadas soberanamente pelo Plenário da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Sustentou que, em razão da retirada da tornozeleira eletrônica, tornaram-se irrelevantes os argumentos relativos ao uso do equipamento. Asseverou que as supostas ameaças feitas por terceiros a mando do denunciado carecem de qualquer legitimidade e que a colaboração premiada não pode embasar o pedido de cassação. Por fim, reiterou a improcedência da denúncia.

É o relatório.



## II. FUNDAMENTAÇÃO

### II.1. Preliminares

#### II.1.1. Da alegação de coisa julgada material

Na defesa prévia, o denunciado alega a impossibilidade de rediscutir questões decididas soberanamente pelo Plenário da Câmara Municipal de Belo Horizonte no julgamento da denúncia nº 889/2018. Asseverou que *“não há absolutamente nada de inovador nos fundamentos apresentados pelos denunciantes”* e pediu o reconhecimento da coisa julgada administrativa. Apesar dos argumentos lançados com o objetivo de induzir esta Relatoria a opinar pelo arquivamento do processo, o fato é que não se verifica, neste caso, a coisa julgada material, eis que as denúncias têm causa de pedir e fundamentos diversos. Ou seja, as representações não possuem o mesmo conteúdo, havendo peculiaridades que devem ser observadas, como se expõe a seguir.

Na denúncia nº 889/2018, apresentada por Mariel Márley Marra em 2018, o representante fundamentou o pedido de cassação nos seguintes fatos:

a) notícias pela imprensa de que o vereador era alvo da operação *Sordidum Publicae*, que investigava crimes de corrupção, falsidade ideológica, fraude, lavagem de dinheiro e peculato, e identificava o denunciado como líder de organização criminosa que teria causado prejuízo de mais de 30 milhões aos cofres públicos municipais;

b) existência de mandados de prisão contra o vereador e sua esposa, além de outros investigados;

c) aquisição de patrimônio de mais de R\$ 4 milhões durante o mandato, em desproporção ao subsídio recebido como vereador;

d) notícia pela imprensa da existência de gravações em que o Vereador cobra ajuda em investigações ao então chefe da Polícia Civil, a fim de obter informações privilegiadas;

e) o vereador teria permanecido foragido da justiça por 7 dias após a emissão de mandado de prisão preventiva.

Em síntese, o denunciante alegou que o vereador Wellington Magalhães *“agiu de forma a fundamentar um decreto de prisão preventiva em seu desfavor e posteriormente se ocultou da justiça para frustrar a medida cautelar que foi imposta pela 4ª vara criminal de Belo Horizonte”*, o que no seu entendimento *“atenta flagrantemente contra a dignidade do mandato de*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*vereador em Belo Horizonte, trazendo desprestígio a Câmara Municipal e seus membros”.*

As razões finais apresentadas pelo denunciado, após a instrução processual, também se limitavam à discussão da repercussão de tais fatos. A única novidade apontada foi a questão dos gastos com publicidade, que a defesa entendia terem sido exagerados nas notícias e afirmava ter sido comprovada, ao longo do processo, a veracidade e legitimidade dos pagamentos aos veículos de imprensa.

No parecer final da comissão processante, por sua vez, não houve discussão sobre questões que extrapolassem esse conjunto fático trazido pela denúncia. E foi esse parecer que foi lido em Plenário para apreciação dos demais vereadores, que com base essencialmente em tal documento tiveram a tarefa de definir se haveria a cassação do mandato. Durante a votação, alguns vereadores se manifestaram para afirmar exatamente a gravidade da conduta ética do vereador e do fato de ter se furtado ao cumprimento da decisão judicial.

E assim foi votado o pedido de cassação do vereador, quando na reunião plenária destinada a esse fim (cuja gravação está disponível no site desta Casa<sup>1</sup>), o então presidente da Câmara Municipal, vereador Henrique Braga, convocou seus pares a decidirem se deveria haver perda do mandato em razão da *“negativa do denunciado em permissão ao cumprimento do mandado judicial e ocultando-se da justiça e ficando foragido da justiça por 7 dias, bem como posterior efetivação da prisão, fatos estes que segundo o parecer afetaram negativamente a honra, a imagem e a dignidade do mandado parlamentar e da Câmara Municipal de Belo Horizonte”*.

**Como visto, na ocasião anterior, a peça acusatória e o parecer levado a Plenário somente tratavam de forma direta de dois fatos: a) a repercussão negativa causada à Câmara pelas notícias divulgadas pela imprensa, que afirmavam a existência de investigações contra o denunciado, as quais o identificavam como líder de organização criminosa, e lhe atribuíam prejuízo milionário aos cofres públicos; b) a conduta do denunciado de se ocultar da justiça para evitar o cumprimento de decisão judicial que determinava sua prisão preventiva.**

A votação em Plenário, como também se viu, não englobou outros fatos além dos que foram descritos na peça inicial, de modo que se houve no

---

<sup>1</sup> Disponível em <[https://server3100.overseebrasil.com.br/brst\\_ondemand\\_cmb37/3520/360.mp4](https://server3100.overseebrasil.com.br/brst_ondemand_cmb37/3520/360.mp4)> acesso em 11 de nov. de 2019.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

processo a atribuição de alguma outra conduta ao denunciado, isso não fez parte da decisão final do Poder Legislativo.

Já a nova denúncia, apresentada pelo vereador Mateus Simões, trata de **fatos inteiramente diferentes daqueles** que foram objeto do processo anterior. A partir da leitura da representação que deu origem ao novo processo, percebe-se que o pedido de cassação é fundamentado nos seguintes fatos:

a) exercício das atribuições parlamentares portando tornozeleira eletrônica, em virtude de medida cautelar imposta pelo juízo criminal, o que causaria abalo à credibilidade do órgão legislativo, questão agravada pelo fato de que a referida medida cautelar foi imposta em razão de crimes supostamente cometidos contra a própria CMBH;

b) falsa declaração às autoridades quando expedido mandado de condução coercitiva, tendo o denunciado afirmado que estava em viagem, quando um relatório da Polícia Civil apontou que “a projeção das antenas que captaram o sinal de celular” teria demonstrado que o vereador estava na cidade de Belo Horizonte naquele momento.

c) expulsão da Procuradoria do espaço físico originalmente ocupado, para expansão do próprio gabinete, quebrando injustamente a isonomia entre os vereadores e forçando aquele órgão a ocupar o Plenário Paulo Portugal, o que representou, para a CMBH, demais vereadores e cidadãos, a perda injustificada de um espaço destinado a sediar atividades parlamentares e administrativas do órgão;

d) ameaças aos vereadores Gabriel Azevedo e Henrique Braga, ao cidadão Mariel Márley Marra e à ex-delegada da Polícia Civil Andrea Vacchiano

e) tráfico de influência, mediante utilização do prestígio de vereador para obter favor junto ao presidente da BHTrans, e para significativa intervenção indevida na direção da Polícia Civil de Minas Gerais, com o objetivo de transferência de policiais, indicação de ocupantes de cargos de chefia, e acesso privilegiado a investigações de seu interesse.

Essa nova denúncia foi posteriormente aditada, e passou também a trazer os seguintes fatos que dariam causa à cassação:

f) recebimento de propina, conforme depoimento prestado por terceiro perante o Ministério Público, no qual se afirma que Wellington Magalhães teria recebido R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) em espécie, uma caixa de vinhos finos, e hospedagem em viagem familiar internacional, em retribuição pelo direcionamento da licitação de contrato de publicidade para a empresa MC.COM, ligada ao empresário Marcos Vinícius Ribeiro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

g) fraude à licitação, pois o esquema ilícito que motivou o pagamento das propinas envolveu diversas irregularidades no procedimento licitatório, tendo havido cancelamento de uma licitação em curso e a elaboração de processo que envolvia volume maior de recursos, e teria sido estruturado especificamente para a vitória da empresa MC.COM.

h) agressão aos princípios da legalidade, moralidade e imparcialidade, pois os atos em questão não só causam prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito, mas também representam quebra de tais princípios.

**Percebe-se que a nova denúncia não se baseia nas notícias divulgadas na mídia, e nem em sua repercussão negativa e dano à imagem da Câmara. O vereador Mateus Simões pede a cassação de seu colega por atos ilícitos específicos, demonstrados nos autos, e não pela simples divulgação na imprensa de que haveria investigações, ou pela mera existência de ações. Também não é debatido no processo o ocultamento da justiça para fugir ao mandado de prisão preventiva, e sim a falsa declaração prestada para frustrar uma condução coercitiva.**

Portanto, a comparação entre ambos os processos demonstra de forma muito clara que não há repetição de denúncia já arquivada pelo Plenário, em razão da distinção entre os fundamentos. No linguajar jurídico, as denúncias, embora possuam o mesmo pedido, não trazem a mesma “causa de pedir”. E havendo essa diferença não há como se falar em coisa julgada, motivo pelo qual não existem razões para o acolhimento da preliminar aventada pelo denunciado.

### **II.1.2. Da retirada da tornozeleira eletrônica**

Na reunião do dia 7 de novembro próximo passado, a defesa informou que, por decisão judicial, teria sido promovida a retirada da tornozeleira eletrônica, naquela mesma data, inclusive sugerindo que se poderia confirmar essa retirada concreta pela simples verificação visual dos tornozelos do denunciado; resta de todo desnecessária a busca junto ao Judiciário de confirmação desse fato, como se chegou a requerer na mesma reunião pela defesa, em virtude da celeridade que o rito de cassação requer, especialmente por não ser possível fixar prazo para que o juízo competente forneça as informações requeridas.

Para este relator, a simples alegação frontal de que teria sido retirada a tornozeleira basta para fazer crer que isso realmente se deu. Para o que importa no processo político-parlamentar, bastam, portanto, duas



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

questões: houve, durante largo tempo, a ordem para o uso da tornozeleira; e, sob confiança na sinceridade informativa, houve, agora, ao final do mesmo trâmite processual, a retirada do mesmo instrumento controlador de movimento individual.

Não se questiona, pois, neste parecer, a retirada informada, dando-se à defesa o crédito que ela merece enquanto organismo potencialmente sério.

Por fim, ressalta-se que a análise desse ponto, quanto ao mérito, em relação ao tempo em que vigeu tal imposição restritiva, será analisado na parte específica da fundamentação. Aqui, insta apenas frisar que este relator aceita como verdade a informação da defesa, dispensando, pois, a busca de sua confirmação oficial.

### II.2. Mérito

**Do processo político-administrativo.** De início, ressalta-se que a sustentação fundamental da atividade política começa no trabalho de base que os vereadores realizam. São os edis os mais próximos das demandas dos eleitores e os que melhor lidam com as causas profundas e urgentes dos cidadãos.

Registra-se que o dever de probidade, integridade e decoro é inseparável do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, há um dever de repreensão e aplicação de sanções àqueles que desempenham a função de representação política do povo e praticam censuráveis desvios.

O Poder Legislativo Municipal é dotado de autonomia para apurar a prática de conduta incompatível com a atividade parlamentar dos seus membros, à luz do que dispõe o Decreto-Lei nº 201/1967 – que trata da responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores.

Cumprе esclarecer que para que seja instaurado processo político administrativo em face do agente político não é necessário que a sua conduta se configure em ilícito penal; basta demonstrar que fere a dignidade da Câmara Municipal, desprestigia a respeitabilidade do mandato ou atenta contra a moralidade. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de reconhecer a independência entre as esferas penal e administrativa, havendo repercussão da primeira na segunda apenas nos casos de reconhecimento da inexistência material dos fatos ou da negativa de autoria.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em relação ao dever de probidade, integridade e decoro do parlamentar, a Constituição Federal de 1988 prevê o seguinte:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa; (...)

O art. 55, II, do mesmo Diploma, por sua vez, estabelece que perderá o mandato o Deputado ou Senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar. Segundo o parágrafo primeiro do citado artigo, é incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

Em virtude do disposto no art. 29, IX, da Constituição, a lei orgânica municipal deve guardar, no que couber, correspondência com o modelo federal acerca das proibições e incompatibilidades dos vereadores. Diante disso, nos termos do art. 79, III, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, perderá o mandato o vereador que proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública. O parágrafo primeiro desse artigo dispõe que é incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso de prerrogativa assegurada ao Vereador.

O Regimento Interno da CMBH, em seu art. 22, estabelece:

Art. 22 - É incompatível com o decoro parlamentar, para os fins do § 1º do art. 79 da Lei Orgânica:

- I - o abuso de prerrogativa assegurada ao vereador;
- II - o descumprimento dos deveres inerentes a seu mandato;
- III - a ausência a mais de um terço das reuniões extraordinárias realizadas por sessão legislativa.

Cabível referir que o processo de cassação de mandato dos parlamentares municipais foi regulamentado pelo art. 5º do Decreto-Lei nº



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

201/67. De acordo com o art. 7º dessa norma, poderá ser analisada a cassação do mandato do representante municipal nos seguintes casos: i) **utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa**; ii) fixar residência fora do Município e; iii) **proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública**.

Sobre o tema, embora seja um conceito jurídico indeterminado, a doutrina especializada entende que, em se tratando o assunto de decoro parlamentar, os agentes políticos devem ter em mente que isto significa que devem exercer os seus mandatos com honestidade, lealdade, boa-fé, independência, honra, dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, bem como devem respeitar os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito e os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.<sup>2</sup>

Além disso, não se pode esquecer que o Princípio Republicano consagra o dogma de que todos os agentes públicos são responsáveis perante a lei e a Constituição, devendo se expor plenamente às consequências que derivem de eventuais comportamentos ilícitos.

Ultrapassada a previsão legal e a noção de decoro parlamentar, passa-se à verificação de prática de conduta incompatível com a atividade parlamentar pelo denunciado. **Ressalta-se que, ao contrário do que tenta fazer crer o Vereador denunciado, na fase de instrução deste processo, restou evidente a presença de novos elementos de convicção e de novas provas que justificam que o caso seja analisado e julgado pelos pares.**

**Da ação de improbidade administrativa nº 5115255-45.2019.8.13.0024.** No dia 2 de agosto de 2019, o Ministério Público de Minas Gerais ajuizou ação de improbidade administrativa em face do Vereador Wellington Magalhães (processo nº 5115255-45.2019.8.13.0024). Na petição inicial, alega o MPMG que o denunciado, no período de janeiro de 2014 e julho de 2016, valendo-se do elevado cargo de vereador e de então presidente da CMBH, assim como do respectivo poder total de controle do orçamento público parlamentar decorrente de suas funções, na certeza da impunidade, e completamente alheio aos princípios republicanos, da probidade administrativa e da indeclinável lealdade institucional a que estão sujeitos os agentes públicos, **além de fraudar a licitação nº 01/15 para contratação da empresa de publicidade MC.COM, recebeu ao menos três diferentes formas de propina: i) R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) em dinheiro;**

<sup>2</sup> KURANAKA, Jorge. Imunidades Parlamentares, 2002.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**ii) uma caixa de vinhos finos; e iii) hospedagem em viagem familiar internacional.**

**A referida ação de improbidade administrativa apresentou novos fatos que comprovam as condutas ilícitas praticadas pelo denunciado, de forma que a convicção deste Relator quanto à prática de ato incompatível com o decoro se mostrou forte nesse momento.**

Frisa-se que Wellington Magalhães, ao assumir a Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte, revogou sem motivo a Concorrência nº 02/2014, cujo valor global da contratação era de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). O processo licitatório foi fraudulentamente cancelado e substituído, em janeiro de 2015, por uma nova licitação, do Edital nº 01/2015, com o mesmo objeto da licitação anterior. O valor global da nova contratação saltou, sem qualquer justificativa, para R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Além de aumentar o valor global da nova licitação, poucos dias depois da contratação da empresa de publicidade MC.COM, o denunciado celebrou termo aditivo para aumento do valor do contrato em mais R\$ 3.750.000,00, sem qualquer justificativa ou fundamentação cabível. Em novembro de 2016, foi realizado novo aditivo contratual, que elevou o valor do contrato em mais R\$ 4.172.765,00 (quatro milhões, cento e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais) para o exercício de 2016, e mais R\$ 10.827.235,00 (dez milhões, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais) para o exercício de 2017.

Fora o aumento desproporcional e infundado do valor global da contratação, a ação de improbidade revelou o recebimento de propina pelo denunciado, em razão da fraude à licitação.

Em pesquisa aos autos da mencionada ação (processo nº 5115255-45.2019.8.13.0024), disponíveis no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, esta Relatoria teve acesso aos documentos apresentados, como a colaboração premiada de Fredherico Ribeiro Guedes e Marianna Scholte Carneiro, réus na ação penal nº 1528740-23.2016.8.13.0024. Posteriormente, a Comissão Processante, no uso das suas atribuições, determinou a juntada das colaborações a este processo de cassação.

Nessa colaboração premiada, Fredherico Ribeiro Guedes, sobrinho de Marcus Vinicius Ribeiro, proprietário da MC.COM, a fim de contribuir efetivamente com as investigações, relatou novos fatos sobre o esquema de fraude à licitação da CMBH e sobre o pagamento de propina para o Wellington Magalhães. O colaborador ressaltou:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUE, MARCUS comentou com o declarante que WELLINGTON MAGALHÃES estava querendo dinheiro, sendo o último valor que o declarante ouviu foi de quinhentos mil reais;

QUE, depois que a licitação foi vencida WELLINGTON esteve na agência; QUE, MARCUS avisou ao declarante que WELLINGTON iria ligar para ele, pois tinha alguns vinhos que era para entregar para ele que MARCUS tinha prometido; QUE, WELLINGTON então ligou para o declarante e perguntou se poderia passar na empresa;

QUE, o declarante disse que poderia passar lá na empresa, pois MARCUS VINICIUS tinha deixado lá para ele; Que, eram dois vinhos, mas WELLINGTON levou toda a caixa com vinho.

QUE, se fosse renovar o contrato com a Câmara MARCUS iria dar o apartamento do Edifício Diamond para WELLINGTON;

QUE, após a licitação, o declarante estava trabalhando e GABRIELA ligou dizendo que tinha que levar uns documentos urgentes lá na Câmara;

QUE, o declarante então foi na sala e quando abriu a porta da sala viu um dinheiro sendo colocado numa mochila; Que, o declarante ficou em estado de choque;

QUE, pegou a mochila e foi com PAULO VITOR para a Câmara;

QUE, procurou WELLINGTON no seu gabinete e informou que tinha uns documentos para WELLINGTON e a pessoa disse que podia deixar lá em cima da mesa;

QUE, o declarante viu dentro da mochila diversos papéis e maços de dinheiro;

QUE, o declarante foi até a sala de MARCUS VINICIUS e não encontrou GABRIELA, foi entrando para dentro da sala; QUE, nesta sala tinha um banheiro, onde MARCUS dormia e lá tinha um cofre; QUE, o declarante foi entrando e dentro deste banheiro estava GABRIELA com o cofre aberto colocando dinheiro dentro da bolsa; QUE, o declarante pegou esta mochila e levou para WELLINGTON na Câmara;

QUE, o declarante sabe que WELLINGTON foi duas vezes para os Estados Unidos, sendo que uma vez foi com MARCUS VINICIUS e a outra vez MARCUS emprestou a casa em Orlando para WELLINGTON;

QUE, a campanha de mídia já estava toda pronta, pois MARCUS VINICIUS já tinha negociado com toda mídia a divulgação da campanha da Câmara, antes mesmo do resultado da licitação.

Na colaboração premiada de Marianna Scholte Carneiro, esposa de Fredherico Ribeiro Guedes, a depoente declarou que tomou conhecimento



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sobre o dinheiro levado na mochila para a CMBH; que Marcus Vinicius Ribeiro, depois de criar vínculo com o denunciado, disse que iria vencer a licitação da CMBH; que tomou conhecimento que Wellington Magalhães teria viajado para os Estados Unidos por duas vezes para ficar na casa de Marcus em Orlando; e que percebeu a evolução patrimonial de Marcus após o contrato com a CMBH.

Além da colaboração premiada, o MPMG juntou cópia de agendas de Marcus Vinicius Ribeiro, cujos registros comprovam o pagamento de propina ao denunciado. Vale transcrever, em ordem cronológica, os fatos sintetizados pelo MPMG, referentes ao pagamento de elevados valores ao Vereador Wellington Magalhães:

*12/05/2015 CONTABILIDADE DA PROPINA - Anotação de Pagamento de Propina de Marcus Vinicius Ribeiro a Wellington Magalhães - ADIANTAMENTO CÂMARA no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) encontrada na Agenda de Marcus Vinicius Ribeiro. (Relatório Circunstanciado de Investigação Policial nº LRP 11062019 - fls. 6114 do Volume 25 da Ação Penal Autos nº 0024.16.152.874-0).*

*16/06/2015 CONTABILIDADE DA PROPINA - Anotação de Pagamento de Propina de Marcus Vinicius Ribeiro a Wellington Magalhães - ADIANTAMENTO CÂMARA no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) encontrada na Agenda de Marcus Vinicius Ribeiro. (Relatório Circunstanciado de Investigação Policial nº LRP 11062019 - fls. 6116 do Volume 25 da Ação Penal Autos nº 0024.16.152.874-0).*

*16/07/2015 CONTABILIDADE DA PROPINA - Anotação de Pagamento de Propina de Marcus Vinicius Ribeiro a Wellington Magalhães - ADIANTAMENTO CÂMARA no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) encontrada na Agenda de Marcus Vinicius Ribeiro. (Relatório Circunstanciado de Investigação Policial nº LRP 11062019 - fls. 6116 do Volume 25 da Ação Penal Autos nº 0024.16.152.874-0).*

*10/11/2015 CONTABILIDADE DA PROPINA - Anotação de Registro de Propina na Agenda de Marcus Vinicius Ribeiro a WELLINGTON MAGALHÃES, com indicação do seu codinome "GRANDÃO" no valor de R\$400.000,00 (Quatrocentos mil reais), ou seja, imediatamente após a realização do Primeiro Termo Aditivo com a CMBH, cf. fls. 6125 do Volume 25 da Ação Penal nº 0024.16.152.874-0.*

*25/11/2015 FREDHERICO RIBEIRO GUEDES, em COLABORAÇÃO PREMIADA, confirmou que foi à CMBH acompanhado de Paulo Víctor Damasceno, para entregar*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*dinheiro vivo à Wellington Magalhães, em seu gabinete, cf. fls. 5755 do Volume 23 da Ação Penal nº 0024.16.152.874-0.*

*11/12/2015 CONTABILIDADE DA PROPINA - Anotação de Registro da Propina na Agenda de Marcus Vinícius Ribeiro, com indicação de "G", referindo-se ao codinome de "GRANDÃO, alcunha de WELLINGTON MAGALHÃES, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), cf. fl. 6.131 do Volume 25 da Ação Penal nº 0024.16.152.874-0.*

*20/03/2016 FREDHERICO RIBEIRO GUEDES, em COLABORAÇÃO PREMIADA, confirmou que foi à CMBH acompanhado de Paulo Vitor para entregar dinheiro vivo à Wellington Magalhães, em seu gabinete, sendo que Gabriela pediu para avisar à WM que faltava uns 30% do valor combinado, o que foi dito pessoalmente a Wellington Magalhães por Fredherico, cf. fls. 5756 do Volume 23 da Ação Penal nº 0024.16.152.874-0.*

As provas e os relatos mencionados revelam ampla orquestração entre o Vereador Wellington Magalhães e o proprietário da empresa de publicidade MC.COM. Fora a propina paga em dinheiro no valor de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), houve o recebimento pelo denunciado de caixas de vinho, bem como viagens para a casa de propriedade de Marcus Vinicius Ribeiro em Orlando/Flórida nos Estados Unidos.

O vereador, portanto, valendo-se da sua função pública, recebeu valores e vantagens indevidas, em decorrência de fraude realizada no procedimento licitatório da CMBH, praticou atos moralmente reprováveis e afrontou os preceitos norteadores da Administração Pública, em especial, a moralidade administrativa, prevista no art. 37, caput, da CF/88. No caso, não há a menor dúvida da prática de atos que configuram corrupção e quebra de decoro parlamentar.

Registra-se que o enfrentamento da corrupção é imprescindível para que se possa construir uma sociedade livre, justa e solidária - prova, em última análise, motivo pelo qual a permanência de parlamentar corrupto na CMBH é imoral e inadmissível.

Ademais, além dos fatos indecorosos expostos acima, extrai-se dos autos da ação de improbidade administrativa as ameaças sofridas por Ângela de Fátima Ribeiro Guedes, mãe de Fredherico Ribeiro Guedes, para que seu filho não realizasse a colaboração premiada. A genitora do corréu declarou perante o Ministério Público e perante a autoridade policial que *"tem medo de que algo aconteça com seu filho no cárcere, pois acredita que Marcos Vinícius,*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*possivelmente também estaria sendo induzido por Wellington Magalhães, pessoa que a declarante tem conhecimento de que possui muito poder e também esteja por trás de toda essa "confusão"; que o elevado poder de Marcos Vinícius e de Wellington Magalhães amedrontam a declarante. "*

Por fim, é importante destacar que Wellington Magalhaes, no depoimento pessoal ocorrido em 7 de novembro de 2019, não negou os fatos que lhe foram imputados pelo MPMG. Perguntado pelo denunciante sobre o esquema de fraude à licitação e recebimento de propina, limitou-se a dizer que apenas iria se manifestar perante juízo.

À vista do exposto, revela-se clara a quebra de decoro parlamentar pelo representante municipal, em razão da prática de atos ilícitos e da falta de decência na condução do mandato.

**Do uso de tornozeleira.** É inegável que a prática de ato estranho à atividade de vereador, caracterizadora de elemento de tipo penal, é estigma político que ultrapassa um mandato eletivo. No âmbito da CMBH, a presença de parlamentar que usa tornozeleira não é uma situação desejada ou comum, extrapolando os limites da normalidade da atividade parlamentar.

Na reunião do dia 7 de novembro, a defesa informou que, por decisão judicial, teria sido promovida a retirada da tornozeleira eletrônica. Registra-se que independentemente da decisão judicial que deferiu a retirada, durante todo o tempo em que o uso de tornozeleira vigeu, desde a denúncia, imperou o constrangimento parlamentar e político por sua existência, algo que decisão posterior não eliminaria retroativamente.

Em outros dizeres, no processo em exame, a retirada da tornozeleira por si só não afasta a possibilidade de quebra de decoro em razão do largo tempo em que o Vereador se viu forçado a utilizá-la, sendo o constrangimento enfrentado por esta Edilidade um fato já consumado.

Vale destacar que o uso da tornozeleira decorreu do cometimento de possíveis crimes contra a própria Câmara Municipal de Belo Horizonte (ação penal nº 1528740.23.2016.8.13.0024) e tratou-se de medida cautelar alternativa à prisão.

Ressalta-se que, conforme já exposto nesse relatório final, as esferas administrativa e penal são independentes e autônomas. Partindo-se dessa premissa, no âmbito do processo de natureza político-administrativa, é possível realizar juízo político em relação a determinada conduta do vereador, independentemente do andamento da ação penal ajuizada em razão da mesma conduta. Por conseguinte, o argumento do advogado do denunciado no sentido de que o "Supremo Tribunal Federal - STF - autorizou um senador



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

definitivamente condenado a exercer seu mandato e que isso já aconteceu em outras casas legislativas”, não configura obstáculo para julgamento político da hipótese em tela.

Em suma, é forçoso concluir pelo alto grau de reprovabilidade da situação sob análise, que afeta negativamente a honra, a imagem e a dignidade do mandato do denunciado e, por conseguinte, da própria CMBH. Nesse ponto, portanto, também se verifica quebra de decoro parlamentar.

**Ademais, a retirada da tornozeleira, por ordem judicial, conforme relatado pela defesa em informação aqui aceita como verdadeira, não significa, por si só, como reconhecimento de inverdade dos fatos que levaram à sua anterior ordenação. Já que medida meramente provisória, sua retirada apenas testemunha o término das condições que ensejaram sua colocação, em nada mais influenciando a avaliação dos fatos e circunstâncias trazidas a esse processo político investigatório.**

**Em outras palavras, o desconforto grave trazido à Casa e seus membros por larguíssimo tempo não desaparece agora, com a retirada do instrumento limitador de liberdade individual, e essa mesma retirada não enfraquece em nada todos os demais elementos formadores de opinião de que tratam os demais pontos deste parecer, naquilo em que há interseção com os processos judiciais de alguma forma componentes do processo investigativo no âmbito da Câmara.**

**Do tráfico de influência.** A abertura do processo de cassação está também lastreada na suposta existência de tráfico de influência envolvendo o denunciado.

No caso, houve interferência política do Vereador Wellington Magalhães para que servidor de sua confiança fosse nomeado para o cargo de Chefe na Seção de Vistoria do Detran-MG.

Reporto-me aos depoimentos de Dra. Andrea Vacchiano e da Dra. Rafaela Gigliotti, que evidenciam o fato delituoso praticado pelo denunciado no âmbito da PCMG e do DETRAN-MG.

No depoimento da Dra. Andrea Vacchiano, ex-chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, realizado no dia 30/09/2019, a testemunha afirmou que, quando atuava como chefe da PCMG, recebeu denúncias anônimas de enriquecimento ilícito, de lavagem de dinheiro e de participação em organização criminosa que envolviam o Vereador Wellington Magalhães.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Explicou que conheceu pessoalmente o denunciado quando foi chamada a comparecer ao Palácio de Governo pelo então Secretário de Governo, Odair Cunha, que lhe solicitou que todos os pedidos do vereador fossem atendidos. Ressaltou a influência que o denunciado exercia na transferência de servidores da PCMG.

Mencionou que, quando era diretora do Detran-MG, o então Chefe de Polícia, Sr. João Otacílio, recebeu pedido de transferência de um investigador da polícia para o setor de Registro de Veículos. Disse ter ponderado, na época, que a transferência solicitada acarretaria problemas ao Departamento de Trânsito. Apesar disso, a transferência foi efetivada, o que evidenciou a prática do crime de tráfico de influência pelo Vereador Wellington Magalhães.

Alegou que o denunciado também influenciou na sua exoneração do cargo de chefe da PCMG, bem como na destituição do cargo da ex-chefe do Detran-MG, Rafaela Gigliotti.

O depoimento da Dra. Rafaela Gigliotti, por seu turno, corroborou todas as alegações da Dra. Andrea Vacchiano e a possível prática do crime de tráfico de influência por Wellington Magalhães. Na oitiva, realizada no dia 15/10/2019, a delegada afirmou que ocupava o cargo de vice-diretora no período em que a Dra. Andrea Vacchiano atuou na direção do Detran-MG. Nesse período, tomou conhecimento da insistência do Chefe de Polícia da PCMG para colocar servidor de indicação política do Vereador Wellington Magalhães na chefia da Seção de Vistoria do Detran-MG.

Declarou que a incomodava não saber os motivos pelos quais o vereador Wellington Magalhães queria indicar um afilhado para ocupar a Seção de Vistoria. Ressaltou que o Detran-MG é o órgão do Estado com a segunda maior arrecadação e a segunda maior frota veicular do Brasil, o que implica grande movimentação de recursos financeiros.

Alegou ter sido exonerada do cargo de diretora do Detran-MG por intervenção do vereador Wellington Magalhães. Relembrou que, às vésperas de ser retirada do cargo, houve boatos de que o chefe-adjunto da PCMG, delegado João Otacílio da Silva Neto, ocuparia o seu cargo.

Ressaltou que João Otacílio, na época dos fatos, ocupava cargo mais elevado na estrutura administrativa da PCMG e que não fazia sentido a pretensão de ocupar cargo de menor relevância e prestígio.

Mencionou que o referido delegado foi homenageado pelo vereador Wellington Magalhães na CMBH, o que de fato ocorreu, conforme matéria publicada no site da CMBH<sup>3</sup>. Coincidentemente, decorrido

---

<sup>3</sup>Disponível em:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

aproximadamente um mês após esse evento, João Otacílio foi nomeado para o cargo de chefe do Detran-MG. Pouco tempo depois, Andrea Vacchiano foi exonerada do cargo de chefe da PCMG, que foi assumido por João Otacílio da Silva Neto.

A depoente suscitou que sua exoneração do Detran-MG poderia estar vinculada à “tentativa de limpeza” no órgão. Ressaltou que a intervenção política do denunciado na estrutura administrativa da referida instituição foi prejudicial e “nefasta”, especialmente porque havia “interesses escusos”.

Os depoimentos evidenciam forte ligação do denunciado com o alto escalão do governo estadual anterior, muito bem exemplificada pelos fatos narrados pelas testemunhas: a) interferência do denunciado para determinar a nomeação de chefe da PCMG; b) influência do denunciado na exoneração de Andrea Vacchiano do cargo de chefe da PCMG e de Rafaela Gigliotti do cargo de chefe do Detran-MG; c) indicação pelo denunciado de “afilhado” para ocupar o cargo de chefe da Seção de Vistoria do Detran-MG. Resta nítida a prática de tráfico de influência, o que caracteriza inequívoca quebra do decoro parlamentar.

Não se pode esquecer que, conforme destacou o denunciante na peça de ingresso, a própria Polícia Civil de Minas Gerais, em representação para prisão preventiva do parlamentar, denunciou a sua influência política e ingerência na PCMG. Vale transcrever trecho do depoimento da autoridade policial:

“(...) durante o acompanhamento do terminal telefônico do investigado WELLINGTON, verificamos que ele recebia constantes ligações telefônicas de policiais civis, os quais solicitavam cargos de Chefia na Instituição, bem como transferências nos quadros da Polícia Civil, conforme se infere dos áudios transcritos no relatório da cautelar de interceptação telefônica (...)”

**Releva dizer que a aludida interferência política na Polícia, um órgão estadual de governo, alcança essa Casa em virtude de um dos crimes que estariam sendo imputados ao Vereador Wellington Magalhães envolve exatamente o controle veicular, conforme consta da**

---

<<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/solenidades/diploma-de-honra-ao-m%C3%A9rito-a-jo%C3%A3o-octac%C3%ADlio-silva-neto---autoria-vereador-wellington-magalh%C3%A3es-10-05-2016>> acesso em 12 nov. 2019.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ação penal própria, fato este que empresta eloquência no alvo de sua interferência, tornando profundamente desgastante para esta instituição a convivência com quem mistura e vincula a influência do mandato à possível prática de outros crimes comuns, afora o que teria praticado aqui dentro.

A prática política vigente no Brasil convive com algum nível de tentativa de influenciar a nomeação para cargos e outros postos de ação pública. Mesmo que isso legitime em abstrato a prática aqui averiguada, essa influência deve estar enraizada na busca de uma saudável implementação de políticas públicas, e nunca no alcance de favores ou proteção para práticas de interesse exclusivamente pessoais e menos ainda de lisura questionável, como se acusa judicialmente o denunciado.

Por certo que não se desconhece, aqui, a alegação da defesa, de que nunca houve uma interferência para além do rotineiro na órbita pública. No entanto, também merecem ser consideradas as alegações das testemunhas comparecentes à Comissão, ambas servidoras de carreira invejável e inatacável, no quadro da Polícia. O cotejo de tais informações pende em favor das últimas, quando essa avaliação se faz em consórcio com outros elementos probatórios, em particular os levantados pelo Ministério Público em cuidadoso inquérito, mostrando a efetividade dos fatos alegados e apontando para aquela “curiosa” coincidência de área de interesse.

Diante do exposto, além do fato delituoso, é indiscutível a quebra de decoro parlamentar, visto que a conduta do denunciado fere a dignidade da Câmara Municipal, desprestigia a respeitabilidade do mandato e atenta contra o princípio da moralidade.

**Das ameaças a Vereadores e demais cidadãos.** No âmbito da CMBH, é de conhecimento geral o clima de temor provocado pelas ameaças e intimidações praticadas pelo denunciado ou por pessoas ligadas a ele.

**Ameaças contra Vereador Gabriel.** Na 3ª reunião da Comissão Processante, o Vereador Gabriel, testemunha arrolada pelo denunciante, confirmou as ameaças e intimidações por ele sofridas, praticadas por Wellington Luiz da Conceição e Guilherme Ribeiro dos Santos a mando do denunciado.

Na oitiva, o Vereador depoente destacou questões de conhecimento geral, como as ameaças e intimidações sofridas em sessão plenária, no dia



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

14/12/18, momento em que Wellington Luiz, além de xingamentos pessoais e vaias, proferiu as seguintes palavras contra o vereador: *"Olha, cuidado, hein. Fica andando aí de bicicleta. Qualquer dia, não chega em casa."*

Relatou também a invasão de Guilherme Ribeiro dos Santos no seu gabinete, em 2/4/2019. Na ocasião, Guilherme questionou a colaboração do vereador com o MPE e, em seguida, com o intuito de intimidá-lo, chamou-o para resolver a questão fora da CMBH.

Na 5ª reunião da Comissão Processante, realizada no dia 08/10/2019, ocorreu a oitiva de Wellington Luiz. A testemunha alegou que conhece o denunciado e que já foram filiados ao mesmo partido. Mencionou que, na eleição para deputado, "fez dobradinha" com a Deputada Arlete Magalhães, irmã do denunciado.

Sobre Guilherme Ribeiro dos Santos, informou que os dois são vizinhos e que ambos são réus de uma mesma ação penal, porém, não respondeu qual foi o crime praticado.

Reconheceu que já se envolveu em discussão na CMBH e que seguranças da Casa tiveram que intervir. Citou o caso de discussão com um assessor do Vereador Pedro Patrus. Mencionou os episódios em que teve desentendimento com o Vereador Gabriel e confirmou a proibição da sua entrada na CMBH.

**Ameaças contra Mariel Marley Marra.** Na oitiva da testemunha Mariel Marley Marra, representante da denúncia nº PT SIL 889, protocolada no ano de 2018, contra o Vereador Wellington Magalhães, o depoente alegou que se sentiu ameaçado por Guilherme Ribeiro dos Santos e Wellington Luiz da Conceição, ex-servidores da CMBH, quando participou da fase instrutória da mencionada representação.

Disse que, em uma das reuniões da comissão processante, Guilherme dos Santos, a fim de intimidá-lo, posicionou-se em pé atrás da cadeira em que estava sentado, realizou filmagens, fotografou a reunião e documentos do depoente.

Relatou que, após publicar fotos de Guilherme dos Santos em suas redes sociais e indagar quem era aquela pessoa, foi intimado pela PCMG para comparecer à delegacia e prestar esclarecimentos acerca da queixa crime apresentada por Guilherme dos Santos, que o acusou de difamação e calúnia. Disse ter interpretado essa conduta como um comportamento intimidativo praticado a mando do denunciado. Afirmou que



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

essa hipótese veio a se confirmar quando o autor da queixa deixou de comparecer à audiência marcada no Juizado Criminal.

**Ameaças contra Vereador Henrique Braga.** Na oitiva do Vereador Henrique Braga, afirmou o depoente ser de conhecimento geral na CMBH que Guilherme dos Santos e Wellington da Conceição prestam serviços para o denunciado e que já se envolveram em várias “brigas” dentro das dependências da CMBH.

Alegou que recebeu inúmeras ameaças em seu telefone celular, após exonerar os servidores do gabinete do denunciado quando era Presidente da CMBH, tendo levado o fato à delegacia de polícia, que o aconselhou a “não mexer com isso.”

Registrou ainda que os Vereadores da CMBH sentem medo ou intimidação pela presença do denunciado. Relatou que isso ficou evidenciado no dia da votação do parecer prévio, que opinava pelo prosseguimento da denúncia do presente processo. Afirmou que o denunciado, na “Casa da Dinda”, chamou cada um dos Vereadores para “conversar” antes da votação.

É possível extrair dos mencionados depoimentos e das demais provas juntadas aos autos o clima de temor no âmbito da CMBH, envolvendo Wellington Magalhães e a sua interferência na esfera de atuação parlamentar de todos.

Vale dizer ainda que é fato notório no âmbito da CMBH a ligação direta de Wellington Luiz e Guilherme dos Santos com o denunciado, embora não sejam formalmente servidores do gabinete do vereador.

Na oitiva do vereador Autair Gomes, arrolado como testemunha de defesa, realizada no dia 7 de novembro de 2019, o edil confirmou que Wellington Luiz o auxiliou na formação da chapa do partido PSC. Ou seja, apesar de não ser servidor do gabinete, aquele munícipe trabalhou para o vereador. No final, disse que não tinha condições de negar nem afirmar a existência da ligação com Wellington Magalhães. Ora, assim como acontece com o vereador Autair Gomes, é possível que Wellington Luiz também preste serviços para o denunciado, mesmo que não seja formalmente vinculado ao seu gabinete.

Por fim, é oportuno destacar a manifestação do Ministério Público de Minas Gerais, juntada aos autos pelo denunciante, em que o ilustre Promotor



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de Justiça relatou o seguinte sobre Wellington Luiz e Guilherme Ribeiros dos Santos:<sup>4</sup>

Ambos os indivíduos obtiveram passe livre nas dependências da CMBH por ordem do réu, Wellington Magalhães, que lhes concedera (sic) crachá especial para transitarem livremente naquela casa legislativa, conforme demonstra a documentação fornecida pela própria CMBH, em atendimento a requisição do Ministério Público, doc. anexo.

Essa afirmativa, corroborada nas provas ali referidas, revela que a possibilidade que antes se mencionou – de ligações entre o acusado e os dois citados cidadãos – é muito mais do que mera hipótese. Aliás, tal como se falou no tópico anterior, o confronto entre as informações reveladas por testemunhas e as trazidas pelo denunciado, quando cotejado com os demais dados apurados, aponta para a veracidade daquelas que mostram forte vínculo entre os mesmos, ainda que não oficial. No caso concreto, testemunhas da Casa ouvidas no processo fizeram clara afirmação de que no cotidiano até então ocorrente, era pacífica a proximidade entre aqueles dois cidadãos e o Vereador Wellington Magalhães, e uma postura deles em favor deste, mas com ataque a terceiros, é pouco ou nada crível ter ocorrido sem o seu aval, no mínimo.

Ante todo o exposto, uma vez evidenciadas as ameaças e intimidações praticadas pelo denunciado e por terceiros a mando dele, é incontestável a quebra de decoro parlamentar.

**Do desmonte da Proleg e eliminação do Plenário Paulo Portugal.** Com fundamento no Princípio Republicano, o parlamentar deve, para tornar efetivo seu mandato, privilegiar, em suas decisões e ações, a busca do bem comum, evitando o interesse privado e a exploração do cargo para usufruir de privilégios.

Reitera-se que, de acordo com a Constituição da República de 1988, configura quebra do decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao parlamentar ou a percepção de vantagens indevidas.

No caso, quando do exercício da Presidência da Casa, a fim de aumentar o espaço físico do seu próprio gabinete e obter vantagem indevida, o denunciado, em abuso da prerrogativa institucional, realizou o desmonte da

<sup>4</sup> Manifestação nos autos nº 5066792-09.2018.8.13.0024, trasladada para os autos nº 0068047-08.2019.3.00.0000, de acesso público.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria Legislativa e determinou que o setor ocupasse o espaço do Plenário Paulo Portugal.

Tão grave quanto expulsar a Proleg do seu espaço físico originário para aumentar injustificadamente o seu gabinete, foi acabar com o Plenário Paulo Portugal, espaço de suma importância para sediar as atividades parlamentares e administrativas da CMBH.

Registra-se que o argumento no sentido de que o denunciado sempre realizou atendimentos constantes à comunidade não justifica a prática do referido ato, tampouco pode ser enaltecido por causa disso. O atendimento ao público jamais foi realidade exclusiva do denunciado, sendo prática comum de todos os vereadores da CMBH.

Ademais, sustentou o denunciado que o desmonte da Proleg não apresenta qualquer contemporaneidade com a denúncia, sendo realizado em legislatura passada, motivo pelo qual não deve ser reconhecida a quebra de decoro parlamentar por tal motivo.

Todavia, razão não lhe assiste. Não há a possibilidade de um ato indecoroso praticado por um vereador ser extinto ou apagado com o fim do seu mandato eletivo – em especial quando, ao final dele, o referido é reeleito, como no caso em questão. Trata-se da observância ao Princípio da Unidade de Legislatura, que não se reveste de efeito preclusivo e, por consequência, não representa obstáculo para que a CMBH venha a instaurar processo de cassação, ainda que por fato cometido em legislatura anterior.

Por fim, vale destacar mais um fato grave. O vereador denunciado mentiu no seu depoimento pessoal perante a Comissão Processante quando negou o desmonte e disse que *“a Procuradoria estava sempre lá embaixo.”* Ora, é mais um ato indecoroso praticado. A Proleg apenas deixou o seu espaço físico e passou a ocupar o Plenário Portugal porque foi obrigada por Wellington Magalhães.

Mas, repete-se em importante insistência, mais do que simplesmente mudar um setor operacional de lugar, para com isso agigantar o próprio gabinete (e apenas o seu gabinete), essa mudança prejudicou intensamente a ação parlamentar, na medida em que eliminou, sumariamente, um plenário de uso geral da Casa, que já se ressentia da falta de espaços para eventos, quadro piorado com a medida em questão.

Ou seja, não se trata, aqui, de mera análise de um ato administrativo de rotina, mas do exercício de força política para se favorecer em detrimento de toda uma instituição.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resta evidente, portanto, o abuso da prerrogativa institucional, a exploração do cargo para usufruir de privilégios e a quebra do decoro parlamentar pelo denunciado.

**Da falsa declaração às autoridades quando expedido mandado de condução coercitiva.** O denunciante chama a atenção para um fato importante a respeito da conduta do vereador denunciado. Na denúncia apresentada em 2018, atentou-se para a ocultação deste quando expedido mandado de prisão preventiva em seu desfavor. Todavia, houve outra ação do denunciado que revela idêntico desrespeito à autoridade das instituições incumbidas de promover a justiça no país.

Conforme relatório emitido pela Polícia Civil de Minas Gerais, em dezembro de 2016 (muito antes de haver o mandado de prisão preventiva), foi expedido mandado de condução coercitiva contra o denunciado no âmbito de investigação criminal da Operação “Santo de Casa”. Ocorre que o vereador não apenas se ocultou das autoridades para evitar a prestação de esclarecimentos, o que já seria reprovável, como também prestou declarações falsas na tentativa de despistar os investigadores, afirmando que estaria em viagem.

No entanto, o órgão policial estava monitorando o paradeiro do vereador, através de antenas que captavam o sinal de seu aparelho de telefonia celular. Por meio desse monitoramento, os investigadores puderam constatar que, mesmo tendo afirmado estar ausente da cidade de Belo Horizonte em viagem, o vereador na verdade teria permanecido nesta capital, de modo que a sua justificativa para evitar o cumprimento do mandado seria falsa.

Tal relatório, disponível nos autos de processo judicial de acesso público (0561862-48.2018.8.13.0000), foi juntado pelo vereador Mateus Simões como anexo de sua representação, sendo esse fato descrito nas páginas 66 e 67 do documento inicial.

A conduta praticada pelo denunciado é grave. Na denúncia anterior, o vereador afirmara motivos familiares para não se entregar de imediato à polícia em cumprimento ao mandado de prisão preventiva. O mandado de condução coercitiva, por outro lado, não tem como objetivo levar o investigado ao cárcere, mas apenas lhe compelir a comparecer perante a autoridade pública para prestar esclarecimentos, de modo a permitir melhor desenvolvimento das investigações.

Logo, não se aplica neste momento a justificativa invocada pelo denunciado no processo de cassação anterior, pois uma vez prestado seu



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

depoimento à autoridade policial, este estaria livre para retornar à sua residência e à sua família. Nesse contexto, percebe-se que é ainda mais reprovável o ato ora analisado, pois sem qualquer justificativa plausível, o vereador comprovadamente mentiu sobre seu paradeiro para dificultar uma investigação criminal.

A atitude se revela indigna sob diversos aspectos. Primeiro, porque um representante do povo deve honrar as instituições públicas, não lhes prestando declarações intencionalmente falsas. Em segundo lugar, porque tais declarações foram prestadas para impedir o cumprimento de medida judicial destinada a averiguar possíveis crimes. Em terceiro lugar, porque os crimes investigados eram relativos ao próprio mandato de vereador.

Dessa forma, é muito flagrante, quanto a esse ponto, a quebra de decoro parlamentar, pois a conduta foi não apenas ilícita, mas também altamente condenável sob os pontos de vista jurídico e moral, incompatível com a atuação que se espera de um representante do povo, e capaz de causar danos a imagem desta Câmara Municipal. E para minimizar esses danos, é necessário que este órgão adote resposta firme, aplicando punição ao parlamentar que praticou irregularidade tão grave.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

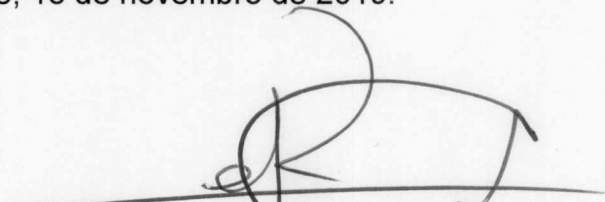
Nesse conjunto, a saúde institucional fica claramente penalizada e é sob essa perspectiva que se termina por ver a denúncia em seu todo.

### III. CONCLUSÃO

Em face do exposto, demonstrada a prática de conduta atentatória à dignidade da CMBH e ao decoro parlamentar, este Relator conclui pela procedência da acusação ofertada pela denúncia, devendo o Vereador Wellington Magalhães **sujeitar-se à pena de cassação do mandato**, nos termos do Decreto-Lei nº 201/67.

Submeta-se o presente relatório à deliberação dos demais membros da Comissão Processante.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2019.



**Vereador Elvis Côrtes**  
**Relator da Comissão Processante**